

2. A EDUCAÇÃO INFANTIL: BREVE HISTÓRICO SOBRE AS CONCEPÇÕES DE INFÂNCIA E CRIANÇA.

*“... somos crianças ao sol
a aprender a viver e sonhar
e o sonho é belo
pois tudo ainda faremos
nada está no lugar
tudo está por pensar
tudo está por criar”.*

Milton Nascimento e Fernando Brandt.

As percepções e concepções sobre a criança sofreram inúmeras transformações ao longo da história humana. É imperativo, para que seja possível compreender estas transformações, a contextualização desse processo numa breve retrospectiva acerca da infância e das implicações do seu atendimento na educação e na vida social como um todo em diferentes momentos históricos.

Essa fascinação pela fase da infância é um fenômeno que despertou interesse relativamente a partir do século XVIII, pois de acordo com Àries (2006, p.17), por volta do século XII a arte medieval desconhecia a infância ou não tentava representá-la. Deixando clara assim, a falta de interesse nesta fase da vida e a sua total desvalorização. Com o passar do tempo, ao longo da evolução do homem, esse conceito foi tomando outras proporções sofrendo consideráveis alterações no que diz respeito ao papel social aliado à criança, família e educação.

A infância não foi valorizada por muitos anos na cultura antiga. Para muitas famílias era uma fase passageira, onde as doenças e incertezas se faziam sempre presentes. Havia pouco investimento afetivo e amoroso. Os pais não alimentavam muito afeto para com seus filhos, pois até o século XVI o índice de mortalidade infantil era muito alto. Poucas crianças sobreviviam às péssimas condições de higiene e saúde. Se chegasse a falecer, em decorrências dessas condições, a mesma logo era substituída por outros nascimentos, pois ainda não havia, como hoje, o sentimento de cuidado e atenção.

[...] Contudo um sentimento superficial da criança, a que chamei de “paparicação” era reservado à criancinha em seus primeiros anos de vida, enquanto ela ainda era uma coisinha engraçadinha. As pessoas se divertiam com uma criança pequena como um animalzinho, um

macaquinho impudico. Se ela morresse então, como muitas vezes acontecia, alguns podiam ficar desolados, mas a regra geral era não fazer muito caso, pois outra criança logo a substituiria. A criança não chegava a sair de uma espécie de anonimato (ÀRIES, 2006, p.10)

Havia nessa época um sentimento de transferência nas famílias. Entendiam que as crianças que morressem não fariam falta e que, qualquer outra, poderia ocupar seu lugar.

É conveniente ressaltar que tal situação ocorria com mais freqüência nas camadas menos favoráveis economicamente e que seus primeiros anos são vividos dentro de casa, assistidos por mulheres do lar, muitas vezes com pouco preparo para desempenhar a tarefa.

Segundo Costa (2000, p.15), a palavra infância é oriunda do latim "*infantia*" que significa incapacidade de falar, dificuldade em se exprimir. Considerava-se que a criança antes dos sete anos não tinha capacidade de falar e expressar pensamentos. Por muito tempo a palavra carregou em si um estigma da incapacidade e incertezas, se submetendo às condições de dependências diante da sociedade.

A idéia que se tinha da infância nem sempre existiu e se configurou da mesma maneira entre as camadas sociais. Ela surge "na sociedade capitalista, urbano-industrial, na medida em que muda a inserção e o papel social desempenhado pela criança na comunidade" Kramer (1984, p.19).

A autora esclarece que na sociedade feudal a criança era vista como um ser economicamente produtivo que exercia papel de adulto na produção, a partir do momento em que o feudalismo tem seu fim e que a burguesia assume a direção do sistema de produção, a mesma passa a ser alguém que precisa receber cuidados, escolaridade e uma preparação para atuação futura.

Esta percepção acerca da criança é fruto de uma construção social e histórica que ao longo dos séculos foi se modificando de acordo com o processo de desenvolvimento natural do homem, sua transformação e forma de se organizar na sociedade. Nesta lógica percebe-se que o mesmo sofreu as devidas modificações até que houvesse o reconhecimento da criança como um ser pensante e merecedor

da devida atenção. Sempre existiram crianças, no seio social, mas nem sempre houve infância.

Surge então um sentimento que não existia na Idade Média, baseado em uma outra concepção sobre a natureza infantil. Neste novo sentimento, “traz implícito que é próprio às crianças, em geral, serem dependentes da educação e moralização dos adultos” Sodré (2002, p.67).

De acordo com as idéias de Áries, os dois sentimentos de infância que surgiam nesse momento podem ser resumidos desta maneira:

O primeiro sentimento, difundido e popular, a “paparicação”, limitava-se às primeiras idades e correspondia e correspondia à idéia de uma infância curta; o segundo, que exprimia a tomada de consciência da inocência e da fraqueza da infância e, por conseguinte, do dever dos adultos de preservar a primeira e proteger a segunda (ÁRIES, 2006, p.123)

É válido destacar que este sentimento permaneceu por muito tempo nas camadas populares. Já Kramer (1984, p.18), destaca que o mesmo pode ser entendido como uma mudança no que diz respeito às atitudes em relação à criança. Desta maneira:

[...] Sentimento moderno de infância corresponde a duas atitudes contraditórias que caracterizam o comportamento dos adultos até os dias de hoje: uma considera a criança ingênua, inocente e graciosa e é traduzida pela “paparicação” dos adultos; e a outra surge simultaneamente à primeira, mas se contrapõe a ela, tomando a criança como um ser imperfeito e incompleto (KRAMER, 1984, p.18).

E concomitante a este acontecimento é destacado a função desempenhada pela família, agora mais firme e completa, pois a mortalidade e aquele sentimento de descaso já não se encontravam tão expressivos entre as famílias. As pessoas já não hesitavam mais em admitir o prazer provocado pela “paparicação”.

Em decorrência deste fato, as crianças, em maior número, passaram a ocupar mais espaço na vida dos adultos, solicitando maiores cuidados e atenção especializada. Conseqüentemente, seu papel social também muda diante da sociedade.

Contudo, apesar de falarmos em um novo sentimento em relação à infância, é importante entendermos que este:

[...] Sentimento de infância não significa o mesmo que afeição pelas crianças, correspondendo, na verdade, à consciência da particularidade infantil, ou seja, aquilo que distingue a criança do adulto e faz com que a criança seja considerada como um adulto em potencial, dotada de capacidade de desenvolvimento (KRAMER, 1984, p.17).

Desta maneira, esse sentimento, de certa forma, era a consciência que não existia em relação à criança. Não se tinha noção de sua particularidade e presença diante do social.

Assim que a mesma completava a idade que não mais necessitaria dos auxílios de sua mãe ou ama, ingressava de uma vez por todas na vida de adulto e isso se caracterizava até em suas roupas. Era considerado um adulto em pequeno tamanho, na verdade um adulto em miniatura. Nesta época, a infância era vista como um estado de transição para a vida adulta. Nada, além disto.

Com as mudanças ocorridas ao longo da história no que diz respeito às concepções existentes acerca da criança e sua existência, muda por sua vez a função executada pela instituição familiar. Esta teve ação fundamental nas transformações ocorridas, na medida em que passou a valorizar e dar a devida atenção à criança, suas particularidades e necessidades. De acordo com Àries (2006, p.23), o nascimento e desenvolvimento do novo sentimento em torno da família para com a criança surgiram por volta do século XV se estendendo até o século XVIII. A partir de então, socializando-se por todas as camadas sociais. Desta forma, fundamentando a importância do papel familiar no reconhecimento da criança como alguém que precisa ter seu lugar garantido entre os mesmo, Cambi destaca que:

A família em qualquer sociedade é o primeiro lugar de socialização do indivíduo, onde ele aprende a reconhecer a si e aos outros, a comunicar e a falar, onde depois aprende comportamentos, regras, sistemas de valores, concepções do mundo (CAMBI, 1999, p.80).

O lugar social da criança tem realizado uma travessia no decorrer dos séculos e experimenta variações de acordo com as contingências política e econômica do seio social. No Brasil o surgimento da infância também recebeu influências da organização econômica, política e social.

2.1 O SURGIMENTO DO CUIDADO NA INFÂNCIA

A educação infantil foi durante muito tempo considerada uma ação exclusiva da família. A criança, nem sempre era vista como um ser em desenvolvimento, com interesses e necessidades próprias.

Partindo dos estudos da vida social no Brasil, percebe-se que o sentimento de infância surge de forma lenta no decorrer da história. O surgimento das instituições de educação propício para a mesma possuía uma estreita relação com as questões que dizem respeito à história da infância, da família e das mudanças ocorridas com a sociedade. A partir do final do século XIX, com o fortalecimento da burguesia, o crescimento do campo industrial, as crescentes imigrações e urbanizações do país, percebe-se que houve uma maior preocupação com a educação na infância.

À medida que as mudanças sociais e políticas foram acontecendo, passou-se a reconhecer a importância do atendimento à criança que por sua vez, dependia de cuidados e atenção de um adulto. Desta forma, atrelado a este fato, surgiu na sociedade a necessidade de se criar lugares específicos para cuidar dos filhos dos trabalhadores enquanto os mesmos trabalham. Viam nessa necessidade um direito seu e de seus filhos. Esses lugares funcionavam como se fossem uma extensão do lar e sem maiores sistematizações. Na verdade, um atendimento assistencialista, não educacional, como se tem hoje.

No Brasil, a educação infantil sofreu transformações que significaram muito na tentativa de se adequar ao novo modelo social, econômico e cultural decorrentes do tempo. Sabe-se que por volta do século XIX, a população brasileira residia, na sua maioria, na zona rural, com suas crianças sendo educadas por filhas de grandes fazendeiros que lhes ensinavam o básico. Com o avanço da industrialização e urbanização das cidades, muitas famílias, na busca de melhoria nas suas condições de vida, começam a migrar para os centros urbanos, deixando aquela vida sem muitas perspectivas e se ingressa na luta pela conquista de uma vaga no mercado de trabalho nas metrópoles. A mulher por sua vez passa a assumir posição ativa diante da sociedade capitalista e no mercado de trabalho. Desta forma, exercendo uma dupla jornada de trabalho. Essa mudança, foi uma das razões que impulsionou

o surgimento de uma educação mais sistemática em torno da infância, preparando a criança para o futuro.

Com a mudança de posição da classe feminina, percebeu-se a necessidade de haver um lugar seguro para se deixar as crianças enquanto a mãe trabalha. Diante dessa problemática, surge a idéia de se criar aqui no Brasil o jardim de infância, bastante conhecido nos países europeus pela sua característica de “guardar” as crianças. Baseado nos conceitos de seu criador Froebel, era um local criado e intencionado para “guardar” e educar as crianças apenas com o básico. Froebel foi o idealizador do jardim de infância, por alguns chamado de “kindergarten”. Considerado o Pedagogo da infância pelo intuito em conhecer a criança, seus interesses, condições e necessidades.

É válido lembrar que as primeiras iniciativas voltadas aos cuidados da criança pequena, partiram dos higienistas, na tentativa de sanar a mortalidade infantil. Eram iniciativas projetadas e voltadas para o desenvolvimento da criança saudável, visando o futuro do país. De acordo com Kramer (1984, p.40), este trabalho era realizado por médicos higienistas buscavam controlar o alto índice de mortalidade infantil, atribuído aos nascimentos ilegítimos da união de escravas e senhores e atribuídos também à falta de educação física e intelectual das mães.

Nessa dinâmica, começava a despertar entre a sociedade civil e governamental um maior interesse em proteger a infância. Logo, a conjunção de todos os fatores ensaiou um movimento na sociedade civil e nos órgãos responsáveis para que o atendimento dessas crianças fosse reconhecido. Nesse ensejo, foi fundado em 1899 no Rio de Janeiro, o Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Brasil. De acordo com as finalidades do Instituto tinha na sua concepção:

preservar a infância da destruição a quem condena o desamparo dos cuidados de que ela carece é garantir à sociedade a permanência e a sucessão das vidas que hão de ser o sustentáculo de sua estabilidade e os elementos de seu progresso e engrandecimento (KRAMER, 1984, p.55).

Dentre os objetivos do Instituto, é conveniente enfatizar os principais resumidos em: atendimento aos menores de oito anos; elaboração de leis visando regular a vida e

saúde de crianças recém nascidas; velar pelos menores que trabalham atendimento a crianças pobres, doentes, maltratadas e abandonadas.

Em 1908 surgiu a primeira creche popular destinada aos filhos dos operários e um período depois, em 1909, no Rio de Janeiro, inaugura-se o Jardim de Infância Campos Salles. Nesta perspectiva contextual e histórica, desencadeou uma preocupação da sociedade em estabelecer métodos de educar e escolarizar suas crianças. E com isso, seu surgimento aqui no Brasil se deu por volta do século XX.

Com o passar dos anos foram se articulando no Estado movimentos em prol da infância e educação, tornando o ensino mais democrático e a educação, uma possível ascensão social, era vista e defendida como um direito de todas as crianças. Os movimentos em especial o da Escola Nova, fundamentavam-se nos princípios da psicologia do desenvolvimento que despontava e atingia sua importância nos Estados Unidos e na Europa. Desta forma, com a tendência de construção de um Brasil mais moderno, as idéias do modelo da Escola Nova foram impulsionadoras para uma proposta moderna de educação Infantil.

2.2 O ESTADO E A EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL.

O estudo sobre a legislação acerca da educação infantil é aqui abordado sem maiores aprofundamentos, objetivando para a necessidade de reflexão frente ao papel do Estado em relação a este nível tão importante da educação. Sabe-se que ao longo do tempo existiram várias maneiras de perceber a criança, desta forma as políticas educacionais destinadas a elas percorreram um longo caminho na busca de uma concretização. Por um longo período as questões ligadas à legislação que tratavam da criança e infância ficaram omissas. Nesse período, como já foi dito, as crianças ficaram em segundo plano nas suas questões de direito. Com os movimentos em prol de uma educação mais sistematizada e de direito, a sociedade sentiu a necessidade de que a educação na infância fosse algo protegido pelo Estado, na busca de ser entendida a partir da lei como um direito do cidadão e dever do Estado para com a população infantil.

A Educação Infantil, embora tenha muitos anos de história, somente ficou reconhecida como direito da criança depois de sua aparição na Lei de Diretrizes e

Bases da Educação Nacional – LDEN 4.024/61. Embora tenha sido considerada um ganho, no que diz respeito à educação, a mesma era defasada em relação ao que se esperava em termos de legislação para o cumprimento da mesma.

Desta maneira a Educação Infantil só passou a fazer parte da Educação Básica Nacional e motivo de preocupação dos órgãos que legislam sobre educação, após a Constituição Federal de 1988, colocando a educação em lugar de destaque no cenário nacional quando declara em seu Artigo 205, que:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988)

Essas transformações ocorridas no campo da educação infantil no Brasil, ocorridas no final dos anos 80, foram moldadas num contexto de reivindicações por educação pública, gratuita e de qualidade. A partir de então, as creches e pré-escolas são incluídas na política educacional como complemento da ação familiar, dever do Estado e direito da criança.

No seu Art. 208, determina o dever do Estado com a educação em especial a Educação Infantil, efetivada mediante a garantia em atendimentos de creches e pré-escolas para crianças de zero a seis anos de idade. Com isso, a constituição trouxe inovações para a Educação Infantil, pois como já foi citado, é dever do Estado oferecer as necessárias condições passando a possuir um caráter educacional para que possa responder às necessidades do desenvolvimento infantil nos primeiros anos de vida.

A educação sistematizada para as crianças foi conquistando cada vez mais seu espaço no campo nacional, pois se sabe que a mesma tem um papel considerável na formação integral da pessoa e no desenvolvimento de suas capacidades. Com essa conquista e valorização ficam cada vez mais necessárias as instituições formais de Educação Infantil como um complemento da ação da família.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LDBEN 9.394/96, a Educação Infantil constitui a primeira etapa da Educação Básica e tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus

aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. Desta forma, ficou determinado por lei o atendimento gratuito em creches e pré-escolas para crianças de zero a seis anos. A educação é um direito conquistado pela criança, pois se sabe de sua importância no desenvolvimento intelectual, social e moral do educando.

Já no ano de 1998, o Ministério da Educação (MEC) publicou o Referencial Curricular Nacional Para Educação Infantil (RCNEI). É um material de contribuição para o professor de educação infantil e representa um conjunto de reflexões com o fim de subsidiar a construção das propostas curriculares, mas que deve ser entendido como suporte e não como um manual a ser seguido. De acordo com o Referencial

[...] Educar significa, portanto propiciar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integradas e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, respeito e confiança, e o acesso, pelas crianças, aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural. Neste processo, a educação poderá auxiliar o desenvolvimento das capacidades de apropriação e conhecimento das potencialidades corporais, afetivas, emocionais, estéticas e éticas, na perspectiva de contribuir para a formação de crianças felizes e saudáveis (BRASIL, 1998).

Fica claro no Referencial que o educar e cuidar estão intimamente relacionados com a criança e deve ser compreendido como parte integrante da educação. Desta forma, “cuidar significa valorizar e ajudar a desenvolver capacidades. O cuidado é um ato em relação ao outro e a si próprio que possui uma dimensão expressiva e implica em procedimentos específicos” (BRASIL, 1998, p. 24). É importante ressaltar que nesse cuidado deve haver compromisso e comprometimento com o outro levando em consideração sua singularidade e capacidade. Nessa lógica, cabe ao professor ajudar e identificar as necessidades das crianças estando devidamente preparado para acompanhar no processo intenso e cotidiano de descobertas e crescimento. Precisa propiciar a base sólida que influenciará todo o desenvolvimento dessa criança.

Portanto, para dar mais subsídios à Educação Infantil, foi apresentado em 2001 o Plano Nacional de Educação (PNE), um documento imprescindível na estruturação

do ensino e ações do Estado. No PNE a Educação Infantil é entendida como um investimento que tem retorno garantido, uma estratégia de desenvolvimento humano, de formação e inteligência. A educação propõe-se de forma ampla, uma formação que desenvolva a criança de tal forma que a mesma possa ser incluída na vida em sociedade. De acordo com o PNE, a educação é elemento constitutivo da pessoa e, portanto, deve estar presente desde o momento em que ela nasce, como meio e condição de formação, desenvolvimento, integração e realização social. A preocupação primordial da educação nesse período se refere principalmente ao atendimento das demandas reprimidas, pois se sabe que o atendimento às crianças das classes economicamente menos favorecidas era muito baixo. Uma das metas do Plano Nacional de Educação Infantil é o aumento da oferta de educação em todo o país.

[...] A educação infantil é a primeira etapa da Educação Brasileira. Ela estabelece as bases da personalidade humana, da inteligência, da vida emocional, da socialização. As primeiras experiências de vida são as que marcam mais profundamente a pessoa. Quando positivas, tende a reforçar, ao longo da vida, as atitudes de autoconfiança, de cooperação, solidariedade, responsabilidade. As ciências que se debruçam sobre as crianças nos últimos cinquenta anos, investigando como se processa seu desenvolvimento, coincidem em afirmar a importância dos primeiros anos de vida para o desenvolvimento e aprendizagem posteriores (BRASIL, 2001).

Por fim, a partir da análise dos documentos acima, foi possível ratificar o quão é importante e significativo a existência tanto da pré-escola quanto do papel que o professor representa como mediador na formação e educação da criança. Pois o mesmo torna-se agente do processo de ensino-aprendizagem, propondo desafios e orientando-as a desenvolvê-los. Ressaltando que a mesma precisa ser mais do que um lugar agradável onde apenas se brinca. Deve ser um espaço estimulante, educativo, seguro e criativo, com professores realmente preparados para acompanhar a criança no processo intenso e cotidiano de descobertas, favoráveis ao seu crescimento. Espaço este onde a ludicidade reina com toda sua plenitude. E o brincar se torna ferramenta principal para o bem-estar infantil.